



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA N.º 8

SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010

LOCAL: Salão Nobre da Câmara Municipal de Tábua

Hora: 14,30

PRESENTES (33 Membros):

Dr. Sidónio Fernandes da Costa
Dr. João Carlos Canotilho Lage
Dr. Alfredo Laranjeira Rodrigues de Areia
Fernando de Carvalho Andrade
Dr.^a. Lúcia Paula da Costa Cabral
João Luiz Alves Fiúza
Dr.^a Ana Sofia Abreu Rodrigues
Paulo Jorge Dinis Eliseu
Rui Brito Pereira
Abílio Rodrigues
Amílcar Castanheira Luís
Dr.^a Nádia Marques de Sousa Ramos
Eng.^a. Ana Isabel Pinto Alves
Fernando Antunes Marques Macedo
Alfredo Francisco Santos Marques
Armando José de Carvalho Afonso
Maria do Rosário Costa e Silva Lopes da Fonseca
José Manuel Ferreira Oliveira
Isabel Maria Castanheira Dinis Oliveira Lourenço (Presidente J. F. de Ázere)
José Silva Cardoso (Presidente J. F. de Candosa)
António José Santos Esteves (Presidente J. F. da Carapinha)
Fernanda da Costa Cabral (Presidente J. F. de Covas)
Avelino Marques Figueiredo (Presidente J. F. do Covelo)
José Augusto Pereira Dias (Presidente J. F. de Espariz)
João Manuel Oliveira Moura (Presidente J. F. de Meda de Mouros)
José Alberto Pereira (Presidente J. F. de Midões)
Manuel Lourenço Dinis Gambôa (Presidente J. F. de Mouronho)
António Alves dos Santos (Presidente da J. de F. de Pinheiro de Côja)
José Ângelo Pires de Oliveira (Presidente J. F. da Póvoa de Midões)
Albertino Correia da Costa (Presidente J. F. de São João da Boa Vista)



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fernando Manuel de Brito Gameiro (Presidente J. F. de Sinde)
António Manuel Fonseca Oliveira (Presidente J. F. de Tábua)
Vítor Manuel Moura Marques (Presidente J. F. de Vila Nova de Oliveirinha)

MEMBROS DA ASSEMBLEIA FALTOSOS (3):

Dr. Paulo Alexandre Domingos Marques
Dr.^a. Inês Marques de Sousa Ramos
Dr.^a. Vanda Patrícia Oliveira Mota

VEREADORES PRESENTES:

Mário de Almeida Loureiro
Dr.^a. Ana Paula dos Santos Faria Neves
Manuel António de Jesus Borges

VEREADORES AUSENTES:

Dr. Ricardo Manuel Oliveira da Silva Cruz
Dr.^a. Carla Sofia Silva Martins
Dr. Jorge Manuel Cova Veigas

Presente, também, o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Tábua, Eng.^º. Francisco Ivo de Lima Portela.

Após a chamada, e uma vez verificada a existência de quórum, o Sr. Presidente da Assembleia declarou aberta a Sessão.

I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1- APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 30 DE SETEMBRO DE 2010;

No início deste ponto foi pedida a palavra por alguns Membros, que lhes foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia, pela ordem de inscrição.

Dada a palavra ao Sr. Dr. João Canotilho, Director do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, apresentou uma **proposta escrita**, a qual foi presente à Mesa, devidamente datada e assinada, que o Sr. Presidente da Assembleia rubricou, passando a fazer parte integrante desta acta, documento esse que se dá como reproduzido (Documento nº 1), propondo a alteração da página nove, linha oito (a contar do fim da página), onde se lê “(...) A terminar, e no âmbito dos Protocolos de Fomento Desportivo, salientou que parece-lhe que o único desporto neste concelho tem sido o futebol (...)”,



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

passe a constar, “(...) A terminar, e no âmbito dos Protocolos de Fomento Desportivo disse: Sr. Presidente, a designação de protocolo é sublime, mas continuo a verificar que desporto, neste concelho, tem sido apenas futebol. Não conheço protocolos de fomento de cultura e com certeza que com os montantes anunciados para o desporto, nunca existirão. A formação dos nossos jovens deve ser cultural e desportiva e não futebolística. Choca-me os montantes mensais que Vossa Excelência com uma simples assinatura retira dos cofres desta Câmara. Já pensou que 14.000 euros mensais X 24 meses = 336000 Euros e que atinge quase o montante do valor de empréstimo que Vossa Excelência reclama para o Centro Cultural? (...)”.

Dada a palavra ao Sr. Fernando Gameiro, Presidente da Junta de Freguesia de Sinde, no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, propôs a alteração da página cinco, segundo parágrafo, linha quatro, **onde se lê** “(...) os barulhos provenientes das obras (...)”, **passe a constar**, “(...) os barulhos provenientes das viaturas (...)”.

Dada a palavra à Sra. Fernanda Cabral, Presidente da Junta de Freguesia de Covas, no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, propôs a alteração da página sete, segunda linha, **onde se lê** “(...) razão pela qual tem incentivado a população a mudar os processos para Tábua (...)”, **passe a constar**, “(...) razão pela qual os médicos têm incentivado a população a mudar os processos para Tábua (...)”.

Dada a palavra ao Sr. José Oliveira, membro eleito pela Coligação CDU, no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, referiu que quando se escreve em Acta as suas palavras, dever-se-á colocar, em vez de “membro da assembleia”, “membro da coligação CDU”.

Dada a palavra ao Sr. Fernando Andrade, membro do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, propôs a alteração da página cinco, terceiro paragrafo, terceira linha, **onde se lê** “(...) PDM ter sido aprovado em 1990 (...)”, **passe a constar**, “(...) PDM ter sido aprovado em 30 de Julho de 1994 (...)”.

Dada a palavra ao Sr. Rui Brito Pereira, membro do Grupo Municipal do PS, no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, referiu que *“no calor da Assembleia dizem-se coisas que depois, quando se lê, quer-se alterar, mas todos ouvimos e temos noção do que se diz”*.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, frisou que, embora não deva intervir na questão da aprovação da acta, tem que protestar a alteração solicitada pelo Dr. Canotilho, pois não se recorda que tenha frisado os 24 meses, pois se o tivesse feito teria desfeito logo o equívoco, pois a Câmara paga 20 meses e não 24 meses.

Dada a palavra ao Sr. Dr. João Canotilho, Director do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, e no uso dela, disse “Lamento, mas na última Assembleia fiz a leitura do documento e o documento que entreguei era exactamente o documento que li na Assembleia anterior”.



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Pelo Senhor Presidente da Assembleia foi posta à votação, pela forma usual de votar, a alteração proposta pelo Dr. João Canotilho e, da contagem dos votos dos vinte e nove membros presentes, apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS A FAVOR: CINCO;

VOTOS CONTRA: DEZASSEIS;

ABSTENÇÕES: OITO;

NÃO APROVADA POR MAIORIA a alteração proposta pelo Dr. João Canotilho, ficando o documento apenso à acta.

Pelo Senhor Presidente da Assembleia foi posta à votação, pela forma usual de votar, a Acta da Sessão Ordinária de 30 de Setembro de 2010 e, da contagem dos votos dos trinta e um membros presentes, apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS CONTRA: QUATRO;

ABSTENÇÕES: ZERO;

APROVADA POR MAIORIA a acta da Sessão Ordinária realizada em 30 de Setembro de 2010.

Dada a palavra ao Sr. Fernando Andrade, membro do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, e no uso dela, apresentou uma declaração de voto **escrita, a qual foi presente à Mesa devidamente datada e assinada, que o Sr. Presidente da Assembleia rubricou, passando a fazer parte integrante desta acta, documento esse que se dá como reproduzido (Documento nº 2)**, indicando o seu voto contra a aprovação da acta, em virtude de ter sido omissa uma parte da sua intervenção.

Dada a palavra ao Sr. José Oliveira, membro eleito pela Coligação CDU, no uso dela, esclareceu que votou contra pois considera que "os meios votados devem ser bem esclarecidos para serem resolvidas todas as propostas feitas de alterações à Acta".

Nada mais havendo a tratar neste ponto, passou-se para o ponto seguinte.

2- LEITURA E APRECIAÇÃO DO EXPEDIENTE

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi apresentado e explicado o expediente da Assembleia, o qual na sua maior parte foi enviado aos líderes de bancada, ficando arquivado e à disposição de todos os Membros para consulta.

Pelo Senhor Presidente da Assembleia foi esclarecido que, no passado dia 21 de Dezembro, recebeu da CIMPIN um mapa de presenças das reuniões da mesma, em que fazem parte cinco elementos da Assembleia Municipal de Tábua. Pela análise do mapa, verificou-se que alguns membros já perderam o mandato por falta de justificação das faltas. No entanto, não houve qualquer comunicação formal da CIMPIN em relação às perdas de mandato, logo, se houver necessidade de eleger membros suplentes, tal acontecerá na altura própria. Ainda no âmbito da



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

CIMPIN, o Senhor Presidente da Assembleia informou que o membro Carlos Moreira, esteve presente nas reuniões da CIMPIN que se realizaram após o pedido de suspensão de mandato, situação que deve ser alvo de averiguação, pois se o mandato como membro de assembleia está suspenso, a pessoa em questão não pode representar a Assembleia Municipal de Tábua.

Dada a palavra ao Sr. Rui Brito Pereira, membro do Grupo Municipal do PS, no uso dela, referiu que esteve presente nas reuniões da CIMPIN, e como as faltas levam a que não haja quórum para a realização das mesmas, foi sugerido que as Assembleias elegessem suplentes para substituírem os membros faltosos.

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi esclarecido que o regimento da CIMPIN não refere a eleição de suplentes, ficando esta Assembleia a aguardar directrizes por parte da CIMPIN para tomar as devidas medidas.

Foi, ainda, apresentada justificação da falta dada à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 30 de Setembro de 2010, pelo Membro Fernando Antunes Marques Macedo, a qual foi considerada justificada.

Foi apresentada justificação da falta dada à presente Sessão Ordinária pelo Membro Dra. Inês Marques de Sousa Ramos, a qual foi considerada justificada.

Nada mais havendo a tratar neste ponto, passou-se para o ponto seguinte

3- INTERVENÇÃO DOS EXCELENTÍSSIMOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA

No início deste ponto foi pedida a palavra por alguns Membros, que lhes foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia, pela ordem de inscrição.

Dada a palavra ao Sr. Dr. Alfredo Areia, membro do Grupo Municipal do P.S., no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, felicitou toda a Assembleia com votos especiais de Bom Natal e boas entradas para o ano de 2011. Parabenizou o Sr. Presidente da Assembleia pela forma como a mesma tem funcionado, em pleno exercício da democracia, salientando que, mesmo que por vezes as opiniões sejam diferentes, a harmonia mantém-se, sem incidentes. Terminou realçando que “sem democracia não há nada”.

Dada a palavra à Sra. D. Fernanda Cabral, Presidente da Junta de Freguesia de Covas, no uso dela, frisou a questão que concerne as manilhas que se encontram no largo da Casa Grande de Loureiro, questionando quando as mesmas serão retiradas do local. Felicitou a Câmara Municipal pelo anúncio do arranque das obras na estrada de Loureiro no inicio de Janeiro mas, salientou, que já solicitou a colocação de uma camada de tuvenan para minimizar os estragos, e tal não aconteceu. A terminar, congratulou-se pelo término das obras da Variante a Covas, lamentando apenas que as entradas tenham ficado da forma que estão.

Dada a palavra ao Sr. Fernando Andrade, membro do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, no uso dela, referiu que dá valor aos documentos apresentados “as pessoas não



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

atiram coisas que não podem provar, temos que dar algum crédito". Manifestou o seu apreço pelas empresas Cunfil, Centro Óptico e Supertábuia, pois receberam o prémio do IAPMEI "PME Excelência". Referiu, ainda, que foi com muito agrado que verificou que a Escola Secundária subiu no ranking nacional de escolas, mas constatou um aspecto que lhe causa estranheza, o facto de as notas internas serem superiores às notas dos exames nacionais, dando a "impressão que os alunos não merecem essa classificação". Salientou, também, que não comprehende porque razão a Câmara Municipal não é abrangida, há já três anos consecutivos, pelas verbas do PIDAC. Terminou, destacando uma notícia de um jornal diário que dá conta da existência de um movimento que tem como objectivo plantar 100 mil árvores, e ao qual já aderiram muitas câmara municipais do país, salientando que seria positivo a autarquia aderir também a este movimento, uma vez que já se abateram milhares de árvores no concelho.

Dada a palavra ao Sr. Fernando Gameiro, Presidente da Junta de Freguesia de Sinde, no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, questionou o Presidente da Câmara acerca do Plano Director Municipal, salientando que os jovens da sua freguesia estão a migrar para a freguesia de Tábua, pois não conseguem construir nos seus terrenos. Solicitou, ainda, que a Câmara Municipal pressione as Estradas de Portugal a fim de resolverem o problema do ruído no IC6 e, também, a questão das placas de sinalização. Terminou realçando que a Junta de Freguesia adquiriu um terreno com cerca de 16.500 m², solicitando a ajuda da autarquia para a limpeza do mesmo.

Dada a palavra ao Sr. Abílio Rodrigues, membro do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, apresentou a sua intervenção **por escrito, a qual foi presente à Mesa devidamente datada e assinada, que o Sr. Presidente da Assembleia rubricou, passando a fazer parte integrante desta acta, documento esse que se dá como reproduzido (Documento nº 3)**, que focou três assuntos: as condições de trabalho dos deputados municipais na Assembleia; a iluminação do troço Catraia dos Poços/vendas de Galizes do IC6 e a inauguração do monumento aos antigos combatentes do Concelho de Tábua.

Dada a palavra ao Sr. Vítor Marques, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Oliveirinha, no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, solicitou esclarecimentos acerca das obras de saneamento em Vila Nova de Oliveirinha, nomeadamente se irão ser, ou não, concluídas pelo empreiteiro. Salientou que foi com agrado que, juntamente com a presidente de Junta de Freguesia de Covas, recebeu a notícia de que as obras na estrada da Vista Alegre e na estrada que liga Vila Nova de Oliveirinha a Loureiro, se vão iniciar na segunda semana de Janeiro. No que concerne à intervenção realizada na saída de Candosa, realçou que não ficou bem feita. Questionou, ainda, o executivo sobre "quem vai completar o espaço entre o alcatrão e as valetas em Covas e Vila Nova de Oliveirinha? De quem é a responsabilidade?". Terminou desejando a toda a Assembleia votos de Bom Ano, com saúde e paz.

Dada a palavra ao Sr. João Fiúza, Director do Grupo Municipal do P.S., no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, salientou que a sua intervenção vem no âmbito de um assunto



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

focado no ponto nº 1 do Período de Antes da Ordem do Dia, que no momento não lhe foi possível fazer. Agradeceu à mesa, e ao núcleo de apoio, a entrega do Regimento da Assembleia Municipal actualizado, frisando que durante quatro mandatos consecutivos fez parte da mesa, uma tarefa que realizou com agrado, mas que ao mesmo tempo foi penosa, salientando que, muitas vezes, os membros da Assembleia não compreendem que é impossível relatar tudo o que acontece na mesma. Chamou a atenção para o artigo 46º do Regimento da Assembleia Municipal, ponto 6, que determina que “Única e exclusivamente para efeitos de uma melhor elaboração das actas, poder-se-á proceder ao registo áudio integral das sessões ou reuniões, cujas fitas magnéticas ficarão à guarda da Mesa que as facultará a quem lavrar a respectiva acta”. Relevou que a Câmara Municipal se tem mostrado renitente em implantar este sistema, mas considera que seria uma ferramenta fundamental para auxiliar quem elabora as actas. Terminou realçando que se associa ao que foi proferido pelo Sr. Abílio Rodrigues, no que concerne às condições de trabalho dos membros da Assembleia.

Dada a palavra ao Sr. José Oliveira, membro eleito pela Coligação CDU, e no uso dela, propôs um voto de pesar, e um minuto de silêncio, pela perda do Sr. Eng.º Alberto Lousada Borges Pinto.

Dada a palavra ao Sr. João Fiúza, Director do Grupo Municipal do P.S., e no uso dela, declarou que o Grupo Municipal do P.S. de associa ao voto de pesar.

De imediato, e uma vez que foi apresentada uma proposta de Voto de Pesar por um Membro da Assembleia, pelo Sr. Presidente da Assembleia foi posta a mesma à votação, pela forma usual de votar, e da contagem dos votos dos trinta e três Membros presentes no momento, apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS CONTRA: ZERO;

ABSTENÇÕES: ZERO;

APROVADA POR UNANIMIDADE a proposta apresentada, ou seja, o VOTO DE PESAR, e um minuto de silêncio, pela perda do Sr. Eng.º Alberto Lousada Borges Pinto.

Dada novamente a palavra ao Sr. José Oliveira, membro eleito pela Coligação CDU, e no uso dela, referiu que ouviu rumores de que o SAP do Centro de Saúde iria encerrar durante toda a noite e aos fins-de-semana, solicitando ao Sr. Presidente da Câmara que não deixe que tal aconteça, pois a população ficaria descontente. Aproveitou para congratular-se pelo jantar de natal da autarquia, saudando todos os trabalhadores do município. A terminar apresentou, para votação, quatro recomendações a fim de serem entregues à Câmara Municipal.

Dada a palavra ao Sr. João Fiúza, Director do Grupo Municipal do P.S., e no uso dela, salientou que as recomendações apresentadas pelo Sr. José Oliveira são da CDU, logo, o Grupo Municipal do P.S. não se irá manifestar acerca das mesmas.



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Pelo Presidente da Assembleia foi esclarecido que está previsto no Regimento da Assembleia Municipal a votação destas recomendações, salientando que a assembleia estará a votar o conteúdo das mesmas.

Pelo Senhor Presidente da Assembleia foi posta à votação, pela forma usual de votar, a primeira recomendação presente à Mesa devidamente datada e assinada, que o Sr. Presidente da Assembleia rubricou, passando a fazer parte integrante desta acta, documento esse que se dá como reproduzido (Documento nº 5) e, da contagem dos votos dos trinta e três membros presentes, apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS A FAVOR; TRÊS;

VOTOS CONTRA: UM;

ABSTENÇÕES: VINTE E NOVE;

APROVADA a primeira recomendação (Documento nº 4), que visa a “não alteração do local da Feira Mensal da Vila de Tábua”.

O Sr. Presidente da Assembleia apresentou uma declaração de voto contra esta recomendação, pois considera que a Feira, no espaço onde actualmente decorre, não obedece aos requisitos que a lei exige, nomeadamente falta de segurança e salubridade.

Pelo Senhor Presidente da Assembleia foi posta à votação, pela forma usual de votar, a segunda recomendação presente à Mesa devidamente datada e assinada, que o Sr. Presidente da Assembleia rubricou, passando a fazer parte integrante desta acta, documento esse que se dá como reproduzido (Documento nº 5) e, da contagem dos votos dos trinta e três membros presentes, apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS A FAVOR; DOIS;

VOTOS CONTRA: UM;

ABSTENÇÕES: TRINTA;

APROVADA a segunda recomendação (Documento nº 5), que visa a “aplicação do imposto da Derrama”.

Dada a palavra ao Sr. Fernando Andrade, membro do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, e no uso dela, apresentou uma declaração de voto contra esta recomendação, pois considera que esta recomendação surge fora do contexto da ordem de Trabalhos.

Pelo Senhor Presidente da Assembleia foi posta à votação, pela forma usual de votar, a terceira recomendação presente à Mesa devidamente datada e assinada, que o Sr. Presidente da Assembleia rubricou, passando a fazer parte integrante desta acta, documento esse que se dá como reproduzido (Documento nº 6) e, da contagem dos votos dos trinta e três membros presentes, apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS A FAVOR; CINCO;

VOTOS CONTRA: ZERO;

ABSTENÇÕES: VINTE E OITO;



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

APROVADA a terceira recomendação (Documento nº 6), que visa o “pagamento dos subsídios atribuídos no Orçamento de 2010”.

Pelo Senhor Presidente da Assembleia foi posta à votação, pela forma usual de votar, a quarta recomendação presente à Mesa devidamente datada e assinada, que o Sr. Presidente da Assembleia rubricou, passando a fazer parte integrante desta acta, documento esse que se dá como reproduzido (Documento nº 7) e, da contagem dos votos dos trinta e três membros presentes, apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS A FAVOR; UM;

VOTOS CONTRA: ZERO;

ABSTENÇÕES: TRINTA E DOIS;

APROVADA a quarta recomendação (Documento nº 7), que visa a “aplicação da Opção Gestional”.

Dada a palavra ao Sr. Albertino Costa, Presidente da Junta de Freguesia de São João da Boa Vista, no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, chamou a atenção para o facto dos camiões TIR que se dirigem para os Aquinos, deixaram de o fazer pela Rua da indústria, passando a circular nas Avenidas de Coimbra e Lisboa, sendo responsáveis pelos candeeiros partidos, solicitando que sejam tomadas medidas para que tal deje de acontecer. Frisou, também, que devido ao atraso na revisão do PDM, muitos casais que compraram terrenos na freguesia, ao serem impossibilitados de lá construir as suas casas, rumam para os concelhos de Carregal do Sal e Santa Comba Dão.

Dada a palavra ao Sr. Alfredo Marques, membro do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, informou que na estrada para a freguesia de Ázere há muitas árvores inclinadas, o que faz com que em muitos locais a via esteja parcialmente obstruída pelas ramas. Solicitou a intervenção da Câmara Municipal neste assunto.

Dada a palavra ao Sr. João Moura, Presidente da Junta de Freguesia de Meda de Mouros, no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, chamou a atenção para o estado actual dos acessos rodoviários para a freguesia de Meda de Mouros, salientando que o acesso pela freguesia de Mouronho é péssimo, pois as vias estão em mau estado, pelo lado das Bogalhas, os habitantes encontram lombas a atravessar a estrada, frisando que “o povo tem direito a ter uma estrada condigna para ir para Meda de Mouros”.

O Sr. Presidente da Assembleia referiu-se ao ranking enunciado pelo Sr. Fernando Andrade, explicando que as classificações internas são diferentes porque têm em conta, não só o resultado dos testes, mas também atitudes e valores, enquanto os exames nacionais são meramente quantitativos. Realçou que, tendo em conta a região a que pertencemos, ao nível do ensino básico estão bem classificados. Quanto às condições de trabalho dos membros da assembleia, considera que a Câmara Municipal tem condições para as melhorar. A terminar, e no que concerne à gravação, ou não, das sessões, salientou que nas actas deve registar-se o



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

essencial das mesmas, um resumo, e embora compreenda que os membros queiram ver registada a totalidade da sua intervenção, as actas até têm sido demasiado extensas.

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para responder às questões colocadas pelos membros da Assembleia, e no uso dela, esclareceu que, no que concerne ao exposto pela Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Covas, as obras realizadas nas freguesias de Covas e Vila Nova de Oliveirinha, ainda não estão terminadas, solicitando a ambos os autarcas que apresentem, por escrito, todas as reparações necessárias para que sejam analisadas ao nível dos serviços de fiscalização da autarquia.

Quanto à questão das verbas do PIDAC, salientou que a não atribuição das mesmas não o preocupa, pois nos últimos três anos foram investidos, no concelho, milhões de euros em obras públicas. Quanto ao movimento de reflorestação, salientou que o processo será realizado em concelhos que tenham terrenos municipais, o que não é o caso desta autarquia, que é proprietária apenas de um terreno baldio no lugar das Barras.

No que concerne à questão da revisão do Plano Director Municipal, salientou que o mesmo já se encontrava em fase de conclusão, mas o PROT, que se sobrepõe ao PDM, obriga a novos estudos e revisões.

Quanto à falta de condições de trabalho para os membros da Assembleia, salientou que chegaram a ser colocadas cadeiras com plataformas de apoio, mas revelaram-se incómodas. Frisou que as cadeiras que actualmente se encontram na sala são cómodas e de boa qualidade, que tem visto outras Assembleias, salientando o caso de Coimbra, e as condições não são melhores. Considerou, ainda, que uma das soluções passará pela redução da quantidade de papel utilizado nas sessões.

Relativamente à sinalização do IC6, ressalvou que o nó de Arganil e o nó de Côja são para a Câmara Municipal de Tábua o nó da Carapinha e nó de Pinheiro de Côja, respectivamente. Lamenta que a Câmara tenha insistido junto das Estradas de Portugal e que ainda não tenha sido feita a correcção. Ainda no âmbito do IC6, e no que concerne à questão da iluminação, esclareceu que as Estradas de Portugal iluminam a mesma depois de ficar decidido quem vai pagar a despesa, salientando que a Câmara Municipal não o pode fazer e já encetou as devidas diligências para resolver o problema.

Quanto às medalhas atribuídas aos ex-combatentes do concelho de Tábua, frisou que a Câmara irá mandar fazer as que estão em falta e proceder à respectiva entrega.

Salientou, também, que a Câmara Municipal prestou homenagem ao Sr. Eng.^o Alberto Lousada Borges Pinto, fazendo-se representar no seu funeral, acompanhados pelo estandarte da autarquia, e colocando a bandeira a meia haste.

No que concerne à passagem de camiões TIR pelas ruas da vila, salientou que a câmara está atenta e tem feito as devidas diligências para resolver a situação.



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Terminou salientando que a situação das ramas das árvores nas vias públicas é fiscalizada pela GNR, que levantam o auto, entregam na autarquia e os serviços dão andamento aos processos. Frisou, também, que as lombas nas Bogalhas vão ser rebaixadas.

Dada a palavra ao Sr. Fernando Andrade, membro do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, e no uso dela concordou com a questão das diferentes formas de avaliação do aproveitamento escolar que ocorrem interna e externamente, mas demonstrou a sua preocupação com o factor socioeconómico, que influencia a prestação dos alunos.

Uma vez que nenhum outro Membro da Assembleia quis usar da palavra passou-se em seguida ao:

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1- APRECIAÇÃO DE UMA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA E), DO Nº 1, DO ARTº. 53º, DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para apresentar a informação sobre a actividade municipal, possuindo já todos os Membros a informação escrita, documento que se dá como integralmente reproduzido, ficando arquivado na pasta própria, estando ao dispor para esclarecer o necessário.

No início deste ponto foi pedida a palavra por alguns Membros, que lhes foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia, pela ordem de inscrição.

Dada a palavra ao Sr. Dr. João Canotilho, Director do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, e no uso dela, salientou que *“Da leitura da informação escrita acerca da actividade do município observei que as duas primeiras iniciativas “Capeia Arraiana” e “X Gala Prémios Mobis”, ocorreram a 18 e 17 de Setembro, respectivamente. A última reunião da Assembleia foi a 30 de Setembro, pelo que fazia todo o sentido aí serem mencionadas. Das quatro iniciativas relatadas, restam apenas duas. Significa que a actividade do Município em 3 meses é praticamente nula. Não haverá mais actividades neste Município? Não é possível traçar um mapa de eventos programados? Não observei nas GOP qualquer menção”*.

Dada a palavra ao Sr. Fernando Andrade, membro do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, e no uso dela, relembrou que no centenário da república houve uma homenagem aos ex-combatentes onde o Sr. Presidente da Câmara esteve presente, mas que não está mencionada nesta informação. Aproveitou para agradecer todo o apoio que o Município tem dado à Associação dos Combatentes do Concelho de Tábua.

Dada a palavra ao Sr. José Oliveira, membro eleito pela Coligação CDU, e no uso dela, sugeriu que a Câmara Municipal também considerasse atribuir medalhas aos trabalhadores da autarquia, mediante os anos de serviço.



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para responder às questões colocadas, e no uso dela, concordou com o que foi dito nas intervenções dos membros da assembleia.

Nada mais havendo a tratar neste ponto, passou-se para o ponto seguinte.

2- APRECIAÇÃO DE UMA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA E), DO Nº 1, DO ARTº. 53º, DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para apresentar a informação sobre a actividade municipal, possuindo já todos os Membros a informação escrita, documento que se dá como integralmente reproduzido, ficando arquivado na pasta própria, estando ao dispor para esclarecer o necessário.

De imediato foi pedida a palavra por alguns Membros, que lhes foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia, pela ordem de inscrição.

Dada a palavra ao Sr. Dr. João Canotilho, Director do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, e no uso dela, declarou que “Gostava de referir sete itens. 1 – O documento informação financeira datado de 18 de Dezembro de 2009 diz: situação orçamental à data de 17 de Dezembro de 2009: Valor facturado, 11.257.427,66€; Pagamentos no valor de 9.022.833,43€; Dívida, 2.234.594,23€. O documento informação financeira datado de 22 de Dezembro de 2010 diz: situação orçamental à data de 21 de Dezembro de 2010: Valor facturado, 12.930.952,44€; Pagamentos no valor de 9.272.629,99€; Dívida, 3.658.325,45€. Só no ano de 2010 a dívida cresceu mais 1.423.731,22€, o que equivale a um crescimento de 63,7% relativamente a 2009. É insuportável este ritmo de crescimento da dívida, o que demonstra que a gestão deste Município é desastrosa. Em gíria contabilística estamos em banca rota. E em iniciativa privada íamos todos para casa por má figura. 2 – Da observação do resumo diário de Tesouraria: saldo do dia anterior – 1.419,34€; entrada do dia – 540.364,24€; saída do dia – 541.153,57€; saldo para o dia seguinte – 630,01€. Significa que duraram, no máximo, 24 horas os valores de entrada na tesouraria, ou seja, nunca vi operações tão dinâmicas em termos cinéticos. 3 – Da observação da posição actual do orçamento da despesa do ano de 2010, verifico que praticamente duplicou o valor da dívida no que diz respeito a aquisição de bens e serviços, de 518.944,65€ (ano 2009), para 913.783,82€ (2010). Vislumbro uma má herança a que o Sr. Presidente irá deixar. 4 – Vamos à sub-classe de despesas com Pessoal: dívida em 2009, 16.985,23€; dívida em 2010, 280.964,74€. Porque disparou este valor? 5 – O que se passou com as remunerações certas e permanentes? Em 2009 era 0 a dívida, em 2010 é de 218.549,21€. Que fenómeno migratório está associado? 6 – Passamos à posição actual do orçamento da receita do ano 2010. Multas e penalidades diversas: dotada 161,00€, liquidada, 33.516,22€, cobrada 33.516,22€, grau de execução 20.817,528%.



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Multas e outras penalidades: grau de execução, 11.904,208%. Conclusão: se em 2009 o item primeiro mostrou um grau de execução de 0% e o segundo item um grau de execução de 50%. Pergunto, qual foi a decisão política implementada, mais fiscalização ou melhor fiscalização? Ou outra coisa? 7 – Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF): dotada em 3.596.583,00€; cobrada 3.728.780,00€. 132.197€ a mais do que a dotada. O que falhou na dotação? Em 2009 conseguiu prever. Gostava de ouvir argumentação válida acerca dos pontos que acabo de referir”.

Dada a palavra ao Sr. José Oliveira, membro eleito pela Coligação CDU, e no uso dela, salientou que todos sabem que, nos dias que correm, os “bombeiros” das populações são as autarquias. Frisou que administrar não é tarefa fácil, sobretudo com os cortes que foram feitos às autarquias. Considerou, após a leitura do relatório de contas, que a autarquia não está assim tão mal. Terminou solicitando a todos que se lembrem daqueles que nada têm.

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para responder às questões colocadas, e no uso dela, considerou que o Dr. Canotilho, com as palavras que usa, ou é pessimista, ou gostaria mesmo que a câmara estivesse na banca rota. Salientou que quase todas as autarquias estão a fazer um Plano de Saneamento Financeiro, mas a câmara de Tábua não o pode fazer, pois não cumpre os requisitos exigidos pela DGAL.

Pelo Sr. Presidente da Câmara, foi, ainda, solicitada a intervenção do Vice-Presidente da Câmara, Sr. Mário Loureiro, para prestar esclarecimentos adicionais, o que lhe foi concedido, pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do artº. 23º, nº 3 do Regimento da Assembleia Municipal de Tábua, e no uso dela, começou por considerar que os elementos referidos pelo Dr. Canotilho são tão exaustivos que vai ser difícil responder a todos. Quanto à situação financeira, as receitas entram e saem, e os valores são substancialmente alterados, o que contraria as suas informações. Salientou que esta gestão é motivo de orgulho, o único empréstimo utilizado foi para a aquisição de terrenos para a zona industrial de Sinde, e foram amortizados vários empréstimos. Salientou que, até 30/09/2010, a câmara não tinha esgotado a capacidade de endividamento, frisando que as obras do Centro Educativo, do Centro Cultural, e do Saneamento e Águas de Vila Nova de Oliveirinha e Covelo, estão a ser feitas sem recurso a empréstimos. Terminou constatando que a dívida está ao nível do ano anterior, que nesta data os valores enunciados já se encontram alterados, e que a câmara reduziu, substancialmente, no ano em curso as despesas correntes.

Pelo Sr. Presidente da Câmara foi, também, solicitada a intervenção do Sr. Dr. António Vaz – Director do Departamento Administrativo e Financeiro da Câmara Municipal de Tábua, para prestar os esclarecimentos solicitados, o que lhe foi concedido, pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do artº. 23º, nº 3 do Regimento da Assembleia Municipal de Tábua, e no uso dela, referiu que o grau de execução do orçamento vai evoluindo ao longo do tempo, não é estático. Realçou que, a Câmara Municipal no trimestre anterior, de acordo com as fichas da DGAL, não reunia as condições exigidas para o saneamento financeiro, uma vez que não



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

verificava pelo menos uma das seguintes situações: ultrapassar o limite de endividamento líquido; dívidas a fornecedores maior do que 40% das receitas totais; passivos financeiros, incluindo excepcionados, maiores que 200% da receita total; e prazos médios de pagamentos maiores que 6 meses. Relativamente aos fundos Municipais, salientou o facto do Orçamento de Estado para o ano de 2010 ter sido aprovado apenas em Abril do mesmo, daí as diferenças registadas nas previsões. No que concerne às diferenças nas despesas com o pessoal, esclareceu que as mesmas surgem devido à dilação entre o momento em que são processados os vencimentos e o momento em que são pagos. Salientou que, de maneira nenhuma a câmara está em ruptura financeira, e relevou a diferença entre saneamento e reequilíbrio financeiro. Referiu, ainda, que a autarquia foi alvo de uma inspecção que analisou a parte financeira, não decorrendo da mesma qualquer tipo de questão legal, ou outra, que pusesse em causa o normal funcionamento e as boas práticas financeiras. Terminou frisando que as receitas externas, caso dos fundos comunitários, são impossíveis de controlar internamente e que muitas vezes se efectua primeiro o pagamento das facturas e só depois, passado largo tempo, se recepcionam os respectivos reembolsos.

Dada a palavra ao Sr. Dr. João Canotilho, Director do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, e no uso dela, frisou que *"há a noção de que o saneamento financeiro é uma coisa boa, e não é bom"*.

Nada mais havendo a tratar neste ponto, passou-se para o ponto seguinte.

3- APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS/ACTIVIDADES MAIS RELEVANTES / GRANDES OPÇÕES DO PLANO / ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA PARA O ANO DE 2011 / MAPA DE PESSOAL;

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foram explicados os documentos apresentados pela Câmara Municipal, os quais já foram distribuídos aos Exmos. Membros da Assembleia para apreciação, e que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os efeitos legais, ficando arquivados na pasta própria.

De imediato foi pedida a palavra por alguns Membros, que lhes foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia, pela ordem de inscrição.

Dada a palavra ao Sr. Fernando Andrade, membro do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, e no uso dela, referiu que concorda com o pessimismo em função da situação económica que se vive. Demonstrou surpresa pelo crescimento de 19,34% da dotação global, considerando audacioso e exagerado. Salientou, também, que não comprehende o aumento dos gastos com o pessoal, quando se sabe que as despesas na função pública vão ser diminuídas, questionando se *"há perspectivas de admissão de mais pessoal?"*. Quanto às Grandes Opções do



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Plano, considera que, mais uma vez, a freguesia de Mouronho sai prejudicada, pois recebe apenas 60.000,00€, ainda menos que no ano passado.

Dada a palavra ao Dr. João Canotilho, Director do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, e no uso dela, referiu que ao analisar “*O documento Grandes Opções do Plano e Orçamento da receita e da Despesa para 2011, no item Restrições Financeiras ao nível dos Municípios, página 4, linha 9, tenho que fazer um comentário: É triste constatar, um ano depois de alertar para o caminho estreito que estávamos a percorrer que, agora, apenas nos reste o saneamento financeiro. Somos mais um caso que mostra que não sabemos gerir um município e que servimos de mau exemplo às gerações que nos vão suceder. Ainda no mesmo documento, página 10, e após análise do mesmo, questiono se a educação com um investimento de 25% não deve ser mencionada? Na página 11, orçamento da receita e da despesa, o orçamento de 2011 é de 22.040.498,00€; o orçamento de 2010 foi de 18.467.931,00€, o que corresponde a um crescimento do orçamento, de 2010 para 2011, de 3.572.567,00€ (aumento de 19% relativamente ao ano anterior). O Orçamento de Coimbra: redução em 10 milhões de euros; orçamento de Montemor-o-Novo: redução de 5 milhões de euros; orçamento de Arganil de 2010, 21.331.200,00€, de 2011 17.907.889,00€, redução de cerca de 3,5 milhões. Pergunto, qual foi o deficit da execução orçamental de 2010? 18-20%. É difícil compreender que o Orçamento para 2011 atinja os 22.040.498,00€. Logo à partida o Orçamento para 2011 está, comparativamente aos resultados financeiros de 2010, inflacionado em cerca de sete milhões de euros, valor este altamente preocupante, porque parte dele poderá traduzir-se em agravamento da dívida durante o ano de 2011. Estamos a cair no mesmo erro do ano anterior, mais receita fictícia para poder fazer mais despesa, porque a despesa deve ser igual à receita. Não contem comigo para esta engenharia financeira. Voto contra este orçamento pelo facto que invoquei e não quero entrar em mais detalhes”.*

Dada a palavra ao Sr. João Fiúza, Director do Grupo Municipal do P.S., e no uso dela, manifestou que o Grupo Municipal do P.S. declarou que o Grupo municipal do P.S. entende que, apesar do saneamento financeiro, continuam a confiar plenamente na Câmara Municipal. Salientou, também, que o grande volume de obras existentes são uma mais-valia, e embora a situação financeira seja difícil, o executivo pode contar com seu apoio. Louvou a apostila da câmara na educação, acção social e desenvolvimento económico. Terminou, salientando que o orçamento foi aprovado em reunião de câmara por unanimidade.

Dada a palavra ao Sr. José Oliveira, membro eleito pela Coligação CDU, e no uso dela, declarou que a CDU abstém-se, pois este não é o seu orçamento. Salientou que não se deve diferenciar as juntas de freguesia pela cor política, e embora considere que não será essa a posição do executivo, é contra o valor destinado à Junta de freguesia de Mouronho, pois considera-o insuficiente. Quanto à despesa com o pessoal, considera que a câmara deveria aplicar a opção gestionária, para que se faça justiça.



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para responder às questões colocadas, e no uso dela, revelou que esteve na Câmara Municipal uma empresa ligada ao Planeamento, que realçou que o concelho de Tábua foi dos que mais se desenvolveu proporcionalmente ao longo dos últimos quatro anos, com as novas acessibilidades, infra-estruturas e empresas. Salientou que lhe causa estranheza que, estando-se a discutir o Plano e Orçamento, ninguém ponha em questão as verbas para o futebol aí previstas, já que é sempre um assunto muito falado e criticado, sendo ele próprio a favor de uma redução das verbas transferidas, estranha que se fale tanto e ninguém proponha um corte nessas verbas. Relevou, ainda, que são mais de 500 os jovens que andam no futebol e que a câmara, neste momento, tem 8 professores para Educação Física, Natação, Atletismo, Voleibol, Kempo e que apoiam, ainda, a Educação Física nos centros de dia. Salientou, também, que a autarquia dá apoio ao Grupo de teatro e atletismo do Concelho.

Uma vez discutido este ponto, e não tendo sido pedidos mais esclarecimentos, pelo Sr. Presidente da Assembleia foi esclarecido que o que a Câmara Municipal pretende é a aprovação do Plano Plurianual de Investimentos/Actividades mais Relevantes/Grandes Opções do Plano/Orçamento da Receita e da despesa para o Ano de 2011/Mapa de Pessoal, mediante os Documentos Previsionais para o ano financeiro de 2011, presentes pelo Senhor Presidente da Câmara com a colaboração do Departamento Administrativo e Financeiro, acompanhados da Minuta n.º 296 da Acta da reunião Extraordinária de 22 de Dezembro p.p, documentos que aqui se dão por integralmente reproduzidos, focando os principais projectos e objectivos a alcançar ao longo do ano em apreço.

Posta a votação pela forma usual de votar, da contagem dos votos dos trinta e três Membros presentes no momento, apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS CONTRA: DOIS;

ABSTENÇÕES: CINCO;

APROVADA, POR MAIORIA, o Plano Plurianual de Investimentos/Actividades mais Relevantes/Grandes Opções do Plano/Orçamento da Receita e da despesa para o Ano de 2011/Mapa de Pessoal, mediante os Documentos Previsionais para o ano financeiro de 2011 de acordo com os seguintes valores: o montante global de 14.311.890,00€ referente às Grandes Opções do Plano; no montante global de 10.615.521,00€ referente ao Plano Plurianual de Investimentos; no montante global de 3.696.369,00€ referente às Actividades Mais Relevantes; no montante global de 22.040.498,00€ referente ao orçamento da Receita e da Despesa; e o Mapa de pessoal para 2011 deste Município.

Pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi solicitada a aprovação em minuta do deliberado, quanto a esta parte, para produção de efeitos imediatos.

Elaborada a Minuta, lida e posta a votação, pela forma usual de votar, foi aprovada por unanimidade e assinada pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia.



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Dada a palavra ao Sr. Fernando Andrade, membro do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, e no uso dela, apresentou uma declaração de voto **escrita, a qual foi presente à Mesa devidamente datada e assinada, que o Sr. Presidente da Assembleia rubricou, passando a fazer parte integrante desta acta, documento esse que se dá como reproduzido (Documento nº 8)**, indicando o seu voto contra a aprovação do ponto em discussão, pois considera que “(...) ressalta à evidência não ser presidido à sua elaboração e contemplação harmoniosa dos interesses de todas as freguesias (...)”.

Nada mais havendo a tratar neste ponto, passou-se para o ponto seguinte.

4- AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO;

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foram explicados os documentos apresentados pela Câmara Municipal, os quais já foram distribuídos aos Exmos. Membros da Assembleia para apreciação, e que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os efeitos legais, ficando arquivados na pasta própria.

No início deste ponto foi pedida a palavra por alguns Membros, que lhes foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia, pela ordem de inscrição.

Dada a palavra ao Sr. João Fiúza, Director do Grupo Municipal do P.S., e no uso dela, salientou que o Grupo Municipal do P.S. irá apoiar a câmara, pois têm a certeza que o empréstimo em questão irá ser bem aplicado e gerido

Dada a palavra ao Sr. José Oliveira, membro eleito pela Coligação CDU, e no uso dela, salientou que votará contra, pois a CDU não é a favor do endividamento do município.

Uma vez discutido este ponto, e não tendo sido pedidos mais esclarecimentos, pelo Sr. Presidente da Assembleia foi esclarecido que o que a Câmara Municipal pretende é a aprovação da Autorização Genérica para contratação de Empréstimo a Curto Prazo, mediante a Informação n.º 222/SCAP/10, de 14 de Dezembro de 2010, do Sr. Director do DAF, acompanhada da Minuta n.º 298 da Acta da Reunião Extraordinária de 22 de Dezembro p.p., documentos que aqui se dão por integralmente reproduzidos, relativa à contratação de um empréstimo normal a curto prazo até ao limite de 675.192,58€, de acordo com o preceito legislativo, previsto na Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro – Lei das Finanças Locais – e respectivas alterações publicadas.

Posta a votação pela forma usual de votar, da contagem dos votos dos trinta e três Membros presentes no momento, apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS CONTRA: UM;

ABSTENÇÕES: ZERO;

APROVADA POR MAIORIA, a Autorização Genérica para contratação de Empréstimo a Curto Prazo, autorizando a contratação do referido empréstimo, tendo em conta o n.º 1 do



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

artigo 39.º da referida lei, bem como proceder à consulta a pelo menos três instituições bancárias, e conceder poderes ao Sr. Presidente da Câmara para nomear a Comissão de abertura e análise de propostas para negociar e contratar o mesmo.

Pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi solicitada a aprovação em minuta do deliberado, quanto a esta parte, para produção de efeitos imediatos.

Elaborada a Minuta, lida e posta a votação, pela forma usual de votar, foi aprovada por unanimidade e assinada pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia.

Nada mais havendo a tratar neste ponto, passou-se para o ponto seguinte.

5- ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E GOP – CAPITAL/CORRENTE;

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foram explicados os documentos apresentados pela Câmara Municipal, os quais já foram distribuídos aos Exmos. Membros da Assembleia para apreciação, e que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os efeitos legais, ficando arquivados na pasta própria.

No início deste ponto foi pedida a palavra por alguns Membros, que lhes foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia, pela ordem de inscrição.

Dada a palavra ao Dr. João Canotilho, Director do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, e no uso dela, salientou que votará contra, pois *“entendo que não devo votar valores que podem sofrer variação até à data do lançamento da presente alteração. Voto alterações ao orçamento pontuais e não o rateio de verbas, pois demonstra falta de capacidade de previsões e gestão de aplicação”*.

Uma vez discutido este ponto, e não tendo sido pedidos mais esclarecimentos, pelo Sr. Presidente da Assembleia foi esclarecido que o que a Câmara Municipal pretende é a aprovação da Alteração ao Orçamento e GOP – Capital/Corrente, mediante a Informação n.º 224/SCAP/10, de 17 de Dezembro de 2010, da Secção de contabilidade, Aprovisionamento e Património, acompanhada da Minuta n.º 300 da Acta da Reunião Extraordinária de 22 de Dezembro p.p., documentos que aqui se dão por integralmente reproduzidos, dando conhecimento da necessidade de se proceder ao reforço das rubricas orçamentais.

Posta a votação pela forma usual de votar, da contagem dos votos dos trinta e três Membros presentes no momento, apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS CONTRA: UM;

ABSTENÇÕES: TRÊS;

APROVADA POR MAIORIA, a Alteração ao Orçamento e GOP – Capital/Corrente, mediante o descrito na proposta e nos moldes constantes na mesma.

Pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi solicitada a aprovação em minuta do deliberado, quanto a esta parte, para produção de efeitos imediatos.



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Elaborada a Minuta, lida e posta a votação, pela forma usual de votar, foi aprovada por unanimidade e assinada pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia.

Nada mais havendo a tratar neste ponto, passou-se para o ponto seguinte.

6- A ESTRUTURA E A ORGANIZAÇÃO DOS ÓRGÃOS E SERVIÇOS AUTÁRQUICOS – DECRETO-LEI N.º 305/2009, DE 23 DE OUTUBRO;

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foram explicados os documentos apresentados pela Câmara Municipal, os quais já foram distribuídos aos Exmos. Membros da Assembleia para apreciação, e que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os efeitos legais, ficando arquivados na pasta própria.

No início deste ponto foi pedida a palavra por alguns Membros, que lhes foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia, pela ordem de inscrição.

Dada a palavra ao Dr. João Canotilho, Director do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, e no uso dela, considerou que “*De acordo com a proposta de reestruturação dos órgãos e serviços da Câmara Municipal de Tábua esta diz: A estrutura Nuclear é composta por três unidades orgânicas, 1. Departamento Administrativo e Financeiro; 2. Departamento de Obras, Urbanismo e Meio Ambiente; 3. Departamento de Acção Social, Educação, Desporto e Juventude, Cultura e Turismo. O despacho n.º 61/2010/SP datado de 15 de Dezembro de 2010 determina que se mantenham as comissões de Serviço para Director do departamento Administrativo e Financeiro; Director de Obras, Urbanismo e Meio Ambiente e nada se diz acerca do Director do Departamento de Acção Social, educação, desporto e Juventude, cultura e Turismo, uma unidade orgânica nuclear. Vai haver vacatura? Como exercer as competências decorrentes do cargo? O despacho é seu Sr. Presidente?*”

Dada a palavra ao Sr. José Oliveira, membro eleito pela Coligação CDU, e no uso dela, salientou que votará a favor, pois a CDU concorda com a estruturação dos serviços.

Uma vez discutido este ponto, e não tendo sido pedidos mais esclarecimentos, pelo Sr. Presidente da Assembleia foi esclarecido que o que a Câmara Municipal pretende é a aprovação da Estrutura e a Organização dos Órgão e Serviços Autárquicos – Decreto-Lei N.º 305/2009, de 23 de Outubro, mediante uma Proposta de Reestruturação dos Órgãos e Serviços da Câmara Municipal de Tábua, acompanhada do Despacho n.º 61/2010/SP, do Senhor Presidente da Câmara Municipal, e da Minuta n.º 301 da Acta da Reunião Extraordinária de 22 de Dezembro p.p., documentos que aqui se dão por integralmente reproduzidos, apresentando as alterações à estrutura Orgânica da Câmara Municipal de Tábua, de acordo com o preceito legislativo descrito no Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro.



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Posta a votação pela forma usual de votar, da contagem dos votos dos trinta e três Membros presentes no momento, apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS CONTRA: ZERO;

ABSTENÇÕES: UM;

APROVADO POR MAIORIA, a Proposta de Reestruturação e organização dos Órgãos e Serviços Autárquicos da Câmara Municipal de Tábua, mediante o descrito na proposta e nos moldes constantes na mesma.

Pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi solicitada a aprovação em minuta do deliberado, quanto a esta parte, para produção de efeitos imediatos.

Elaborada a Minuta, lida e posta a votação, pela forma usual de votar, foi aprovada por unanimidade e assinada pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia.

Nada mais havendo a tratar neste ponto, passou-se para o ponto seguinte.

7- DERRAMA / CONHECIMENTO;

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foram explicados os documentos apresentados pela Câmara Municipal os quais já foram distribuídos a todos os Directores dos Grupos Municipais para apreciação e que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os efeitos legais, ficando arquivados na pasta própria, perguntando aos Membros da Assembleia se queriam colocar alguma questão sobre este ponto, **informando que se trata apenas de uma informação e que não carece de votação.**

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, e no uso dela, salientou que este ponto foi novamente apresentado em reunião de câmara e, mais uma vez, foi decidido por unanimidade não aplicar a derrama.

De seguida foi pedida a palavra por alguns Membros, que lhes foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia, pela ordem de inscrição.

Dada a palavra ao Sr. João Fiúza, Director do Grupo Municipal do P.S., e no uso dela, manifestou o apoio do Grupo Municipal do P.S. à decisão tomada, por unanimidade, pelo executivo.

Dada a palavra ao Dr. João Canotilho, Director do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, e no uso dela, declarou que "Tomei conhecimento da deliberação, por unanimidade, do executivo camarário, mas mantenho a minha posição política de aplicação da derrama."

Dada a palavra ao Sr. José Oliveira, membro eleito pela Coligação CDU, e no uso dela, salientou que a CDU é a favor da aplicação da Derrama no concelho, uma vez que a situação é difícil, e 1/5 desse dinheiro podia ajudar no âmbito da acção social.

Nada mais havendo a tratar neste ponto, passou-se para o ponto seguinte.



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

8- COMISSÃO DE INDÚSTRIA;

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foram explicados os documentos apresentados pela Câmara Municipal, os quais já foram distribuídos aos Exmos. Membros da Assembleia para apreciação, e que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os efeitos legais, ficando arquivados na pasta própria.

No início deste ponto foi pedida a palavra por alguns Membros, que lhes foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia, pela ordem de inscrição.

Dada a palavra ao Dr. João Canotilho, Director do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, e no uso dela, proferiu *"Finalmente, parabéns pelo trabalho desenvolvido na Comissão de Industria e de Concessão de Apoio ao Investidor (CICAI)"*.

Uma vez discutido este ponto, e não tendo sido pedidos mais esclarecimentos, pelo Sr. Presidente da Assembleia foi esclarecido que o que a Câmara Municipal pretende é a aprovação da Comissão de Indústria, mediante a Acta da Comissão de Indústria e de Concessão de Apoio ao Investidor, datada de 12 de Outubro p.p., acompanhada da Certidão da Acta da Reunião Ordinária Pública de 14 de Outubro p.p., documentos que aqui se dão por integralmente reproduzidos, constatando-se que, no que concerne ao Ponto 6 da mesma, até à presente data a empresa Globalvest não demonstrou interesse em se instalar e avançar com o seu projecto – construção de um pavilhão industrial, e uma vez que o empresário não efectuou o pagamento do lote em apreço, a Câmara não tem qualquer obrigatoriedade de proceder a compensações monetárias, pelo que a CICAI propõe a revogação das deliberações tomadas em Reunião de Câmara de 23 de Outubro de 2007, e Assembleia Municipal de 26 de Fevereiro de 2008.

Posta a votação pela forma usual de votar, da contagem dos votos dos trinta e três Membros presentes no momento, apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS CONTRA: ZERO;

ABSTENÇÕES: ZERO;

APROVADO POR UNANIMIDADE, a revogação das deliberações tomadas em Reunião de Câmara de 23 de Outubro de 2007, e Assembleia Municipal de 26 de Fevereiro de 2008, concordando com o procedimento administrativo proposto pela CICAI, e aprovado em reunião Ordinária de Câmara de 14 de Outubro p.p., devendo o interessado ser notificado para se pronunciar nos termos dos artigos 100.^º e 101.^º do CPA.

Pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi solicitada a aprovação em minuta do deliberado, quanto a esta parte, para produção de efeitos imediatos.

Elaborada a Minuta, lida e posta a votação, pela forma usual de votar, foi aprovada por unanimidade e assinada pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia.

Nada mais havendo a tratar neste ponto, passou-se para o ponto seguinte.



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

9- PLANO DE PORMENOR DA ÁREA EMPRESARIAL E INDUSTRIAL SINDE/TÁBUA – CORRECÇÕES MATERIAIS E RECTIFICAÇÃO/JUSTIFICAÇÃO;

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foram explicados os documentos apresentados pela Câmara Municipal, os quais já foram distribuídos aos Exmos. Membros da Assembleia para apreciação, e que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os efeitos legais, ficando arquivados na pasta própria.

Não tendo sido pedidos esclarecimentos, pelo Sr. Presidente da Assembleia foi esclarecido que o que a Câmara Municipal pretende é a aprovação do Plano de Pormenor da área Empresarial e Industrial Sinde/Tábua – Correcções Materiais e Rectificação/Justificação, mediante uma informação, datada de 15 de Novembro de 2010, da Dra. Alexandra Bento, Jurista do Gabinete de Desenvolvimento Económico, acompanhada de Certidão da Acta de Reunião Ordinária de 18 de Novembro de 2010, documentos que se dão por reproduzidos, onde a Câmara Municipal de Tábua declara que, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 97.º-A do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro, foi efectuada a correcção material e rectificação ao Plano Pormenor Área Industrial e Empresarial de Sinde/Tábua, ao abrigo do regime procedural próprio previsto nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 97.º-A do referido diploma legal, uma vez que se tratam de correcções e rectificações decorrentes de acertos de cartografia, e de correcções de erros materiais na representação cartográfica, nomeadamente, omissões de artigos matriciais, ajustamentos de localização de prédios rústicos, correcções de áreas em determinados artigos, e lapsos de cálculo e de natureza análoga.

Posta a votação pela forma usual de votar, da contagem dos votos dos trinta e três Membros presentes no momento, apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS CONTRA: ZERO;

ABSTENÇÕES: ZERO;

APROVADO POR UNANIMIDADE, o Plano de Pormenor da área Empresarial e Industrial Sinde/Tábua – Correcções Materiais, tendo tomado conhecimento da “declaração” com as correcções e rectificações efectuadas pela Câmara Municipal ao Plano de Pormenor da Área Industrial e Empresarial de Sinde/Tábua, e concordando com as mesmas, nos precisos termos e condições preconizadas.

Pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi solicitada a aprovação em minuta do deliberado, quanto a esta parte, para produção de efeitos imediatos.

Elaborada a Minuta, lida e posta a votação, pela forma usual de votar, foi aprovada por unanimidade e assinada pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia.



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Nada mais havendo a tratar neste ponto, passou-se para o ponto seguinte.

10 – ÁREA EMPRESARIAL E INDUSTRIAL DE SINDE/TÁBUA: NOVAQUI, S.A.

– INSTALAÇÃO DE INDÚSTRIA, TRANSMISSÃO ONEROSA DO LOTE INDUSTRIAL N.º 4 DA ÁREA EMPRESARIAL E INDUSTRIAL DE SINDE/TÁBUA E CONCESSÃO DE APOIOS; OPERAÇÃO TRANSFORMAÇÃO FUNDIÁRIA

– LOTE N.º 4 DO PLANO PORMENOR DA ÁREA EMPRESARIAL E INDUSTRIAL DE SINDE/TÁBUA – CONHECIMENTO;

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foram explicados os documentos apresentados pela Câmara Municipal, os quais já foram distribuídos aos Exmos. Membros da Assembleia para apreciação, e que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os efeitos legais, ficando arquivados na pasta própria.

No âmbito do ponto “*Instalação de Indústria, Transmissão Onerosa do Lote Industrial N.º 4 da Área Empresarial e Industrial de Sinde/Tábua e Concessão de Apoios; Operação Transformação Fundiária*”, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, e no uso dela, salientou que o documento apresentado descreve o protocolo a celebrar entre a Câmara Municipal e a NOVAQUI, S.A., onde está descrito todo o investimento, bem como as contrapartidas da câmara. Salientou que este é um Projecto de Interesse Nacional, que emprega cerca de 800 trabalhadores, não só do concelho de Tábua, bem como dos concelhos limítrofes. A nova empresa que irá ser instalada, criará mais cerca de 120 novos postos de trabalho. Este investimento é muito importante para o desenvolvimento do concelho. Realçou, ainda, os apoios a conceder para a instalação da nova fábrica, nomeadamente pavimentações exteriores e instalação de um posto de transformação eléctrica.

Não tendo sido pedidos esclarecimentos, pelo Sr. Presidente da Assembleia foi esclarecido que o que a Câmara Municipal pretende é a aprovação da NOVAQUI, S.A. – Instalação de Indústria: Transmissão onerosa do Lote Industrial N.º 4 da área Industrial e Empresarial de Sinde/Tábua e Concessão de Apoios, mediante a Minuta do contrato de Apoio ao Investimento Estratégico Municipal, a celebrar entre o Município de Tábua e a NOVAQUI, S.A., elaborado pela Dra. Alexandra Bento, Jurista do Gabinete de Desenvolvimento Económico, acompanhada da Minuta n.º 302 da Acta da Reunião Extraordinária de 22 de Dezembro p.p., documentos que aqui se dão por integralmente reproduzidos.

Posta a votação pela forma usual de votar, da contagem dos votos dos trinta e três Membros presentes no momento, apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS CONTRA: ZERO;

ABSTENÇÕES: ZERO;



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

APROVADO, POR UNANIMIDADE, concordar com as cláusulas contratuais constantes na Minuta do Contrato de Apoio ao Investimento Estratégico Municipal descritos, para efeitos da sua transmissão onerosa, bem como conceder poderes ao Senhor Presidente da Câmara, em representação do Município de Tábua, para outorgar o referido Contrato de Compra e Venda e respectivos apoios ao Investimento em causa.

Pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi solicitada a aprovação em minuta do deliberado, quanto a esta parte, para produção de efeitos imediatos.

Elaborada a Minuta, lida e posta a votação, pela forma usual de votar, foi aprovada por unanimidade e assinada pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia.

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi esclarecido o ponto "Lote N.º 4 do Plano Pormenor da Área Empresarial e Industrial de Sinde/Tábua – Conhecimento", sendo explicados os documentos apresentados pela Câmara Municipal os quais já foram distribuídos a todos os Directores dos Grupos Municipais para apreciação e que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os efeitos legais, ficando arquivados na pasta própria, perguntando aos Membros da Assembleia se queriam colocar alguma questão sobre este ponto, **informando que se trata apenas de uma informação e que não carece de votação.**

Não havendo qualquer intervenção, passou-se para o ponto seguinte.

11 – REGULAMENTO PARA A ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO AO ENSINO SUPERIOR;

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foram explicados os documentos apresentados pela Câmara Municipal, os quais já foram distribuídos aos Exmos. Membros da Assembleia para apreciação, e que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os efeitos legais, ficando arquivados na pasta própria.

No início deste ponto foi pedida a palavra por alguns Membros, que lhes foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia, pela ordem de inscrição.

Dada a palavra à Dra. Ana Sofia Rodrigues, membro do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, e no uso dela, congratulou-se por este Regulamento, pois apoia duas vertentes, a educação e o social. Solicitou esclarecimentos acerca do artigo 7º, que fala de 50% de aproveitamento.

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi dada a palavra à Sra. Vereadora, Dra. Ana Paula Neves, para responder às questões colocadas pelos membros da Assembleia, e no uso dela, esclareceu que essa questão já foi levantada, e respondida, na audição prévia deste regulamento. Neste momento está já concluída a fase de apreciação pública.

Não tendo sido pedidos esclarecimentos, pelo Sr. Presidente da Assembleia foi esclarecido que o que a Câmara Municipal pretende é a aprovação do Regulamento para a



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Atribuição de Bolsas de Estudo ao Ensino Superior, mediante a Informação nº 165/10, de 10 de Dezembro de 2010, do Sector Social, do DDASECT, que anexa a Proposta de regulamento Municipal para a Atribuição de Bolsas de estudo ao Ensino Superior, acompanhada da Minuta nº 303 da Acta da Reunião Extraordinária de 22 de Dezembro p.p., documentos que aqui se dão por integralmente reproduzidos, dando conhecimento que se encontra concluída a fase de apreciação pública, nos termos do disposto no artigo 118.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo, o Projecto de Regulamento em apreço, publicado no dia 09 de Novembro de 2010, no Diário da República – 2.ª Série n.º 217.

Posta a votação pela forma usual de votar, da contagem dos votos dos trinta e três Membros presentes no momento, apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS CONTRA: ZERO;

ABSTENÇÕES: ZERO;

APROVADO POR UNANIMIDADE, o Regulamento para a Atribuição de Bolsas de Estudo ao Ensino Superior, que tem como objectivo a atribuição de bolsas de estudo aos alunos do ensino superior, incentivando-os alunos a revelar aptidões nos estudos, em especial os mais carenciados, podendo a bolsa ter carácter de complementaridade.

Pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi solicitada a aprovação em minuta do deliberado, quanto a esta parte, para produção de efeitos imediatos.

Elaborada a Minuta, lida e posta a votação, pela forma usual de votar, foi aprovada por unanimidade e assinada pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia.

Nada mais havendo a tratar neste ponto, passou-se para o ponto seguinte.

12 – ALTERAÇÃO DO DESTINATÁRIO DO APOIO REFRENTE A MATERIAL PEDAGÓGICO PARA OS JARDINS-DE-INFÂNCIA – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE TÁBUA/JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO;

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foram explicados os documentos apresentados pela Câmara Municipal, os quais já foram distribuídos aos Exmos. Membros da Assembleia para apreciação, e que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os efeitos legais, ficando arquivados na pasta própria.

No início deste ponto foi pedida a palavra por alguns Membros, que lhes foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia, pela ordem de inscrição.

Dada a palavra ao Sr. José Oliveira, membro eleito pela Coligação CDU, e no uso dela, salientou que quando falam em Agrupamentos se assusta e solicitou esclarecimentos acerca deste ponto.



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi esclarecido que havia um protocolo entre a Câmara e o Agrupamento de Escolas que determinava que este último receberia as verbas para material pedagógico dos jardins-de-infância, com esta alteração passarão a ser as Juntas de freguesia a satisfazer os pedidos das educadoras.

Não tendo sido pedidos esclarecimentos, pelo Sr. Presidente da Assembleia foi esclarecido que o que a Câmara Municipal pretende é a aprovação da Alteração do Destinatário do Apoio referente a Material Pedagógico para os Jardins-de-Infância – Agrupamento de Escolas de Tábua/Juntas de Freguesia, mediante a Informação n.º 28, datada de 29 de Novembro de 2010, da Senhora Vereadora Ana Paula Neves, acompanhada de 11 informações/propostas, acompanhada da Minuta nº 295 da Acta da Reunião Ordinária Pública de 09 de Dezembro p.p., documentos que se dão por reproduzidos, dando conhecimento que, no seguimento da deliberação nº 409, tomada em Reunião de Câmara de 09 de Setembro de 2010, torna-se necessário alterar os trâmites estabelecidos relativamente à concessão de subsídio mensal destinado a custear despesas com a aquisição de material de desgaste para os Jardins-de-Infância. No âmbito da delegação de competências nas Juntas de Freguesia e tendo em consideração o trabalho de proximidade desenvolvido nos Jardins-de-Infância, conclui-se que este apoio terá uma funcionalidade maior se gerido por estas entidades, ao invés do Agrupamento de Escolas de Tábua.

Posta a votação pela forma usual de votar, da contagem dos votos dos trinta e três Membros presentes no momento, apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS CONTRA: ZERO;

ABSTENÇÕES: ZERO;

APROVADO POR UNANIMIDADE, a Alteração do Destinatário do Apoio referente a Material Pedagógico para os Jardins-de-Infância – Agrupamento de Escolas de Tábua/Juntas de Freguesia, atribuindo às Juntas de Freguesia do Concelho um subsídio, de acordo com os valores constantes nas referidas informações/propostas, e solicitar à SCAP a respectiva alteração à cabimentação orçamental, a fim de dar cumprimento ao estipulado na Norma de Controlo Interno.

Pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi solicitada a aprovação em minuta do deliberado, quanto a esta parte, para produção de efeitos imediatos.

Elaborada a Minuta, lida e posta a votação, pela forma usual de votar, foi aprovada por unanimidade e assinada pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia.

Uma vez encerrado o período da Ordem do Dia, o Sr. Presidente da Mesa, passou então para o último ponto da Ordem de Trabalhos.



III – AUDIÇÃO DO PÚBLICO

Neste ponto foi solicitada a palavra pelo munícipe Sr. António Santos Pinto, residente na freguesia de Tábua, que o Senhor Presidente da Assembleia concedeu, e no uso dela, deu conta da situação que os moradores da Rua Luís Branco Leal, aquando da realização da Feira mensal, uma vez que os feirantes não têm respeito pelos que lá moram, obstruindo as passagens, fazendo barulho desde altas horas da madrugada e deixando o espaço todo sujo. Solicitou o esforço do Sr. Presidente da Câmara para arranjar solução para este problema.

Solicitada a palavra pela munícipe Sr. Anselmo José Moreira, residente em Lisboa, natural da freguesia de Covas, que o Senhor Presidente da Assembleia concedeu, e no uso dela, expôs um assunto que já se arrasta há 7 anos, relacionado com a ocupação de um terreno seu pela variante de Covas. A documentação está toda entregue, mas o pagamento ainda não foi feito, pois foi-lhe dito que falta rectificar as medições do terreno. Mas como a situação se arrasta há tanto tempo, solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que a solucione o mais breve possível.

Solicitada a palavra pelo munícipe Sr. José Silva Pinto, residente na freguesia de Covas, que o Senhor Presidente da Assembleia concedeu, e no uso dela, solicitou a intervenção do Sr. Presidente da Câmara na resolução de um assunto que se arrasta há já alguns anos, também relacionado com a variante de Covas, que quando foi construída atravessou um terreno da qual a sua filha, Olímpia Jesus Silva Pinto, é proprietária, e até hoje não houve qualquer pagamento.

Solicitada a palavra pelo munícipe Sr. José Carlos Mendonça, residente na freguesia de Covas, que o Senhor Presidente da Assembleia concedeu, e no uso dela, frisou que entregou ao Sr. Presidente da Câmara um envelope com algumas sugestões para o concelho de Tábua. Aproveitou, ainda, para referenciar uma situação que o preocupa, nomeadamente o facto dos semáforos da Rua da Indústria estarem sempre partidos, solicitando a intervenção da Câmara e frisando que, se for necessário, contribui para a reparação dos mesmos.

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para prestar os devidos esclarecimentos, e no uso dela, frisou que o Sr. António Santos Pinto tem toda a razão, realçando que a questão da feira não tem sido fácil, mas que a Câmara Municipal já tomou medidas junto das autoridades. No que concerne às questões relacionadas com as indemnizações devidas relativamente à variante de Covas, esclareceu que a câmara municipal dará cumprimento ao que foi acordado oportunamente. A terminar, e quanto à intervenção do Sr. José Carlos Mendonça, salientou que a solução passará pela sensibilização da população, de forma a terminarem os actos de vandalismo.

Nada mais havendo a tratar, pelo Senhor Presidente da Mesa, foi dada por encerrada a presente Sessão e para constar se lavrou a presente acta, que foi redigida pela Técnica Superior



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sofia Isabel Macedo Andrade Napoleão, e que eu, Paulo Jorge Dinis Eliseu, Primeiro Secretário, revi e assino com o Senhor Presidente da Mesa, Dr. Sidónio Fernandes da Costa, depois de aprovada.

O Presidente da Mesa:

(Dr. Sidónio Fernandes da Costa)

O Primeiro Secretário:

(Paulo Jorge Dinis Eliseu)

O Núcleo de Apoio:

(Sofia Isabel Macedo Andrade Napoleão)